

FAMÍLIA, GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA INFÂNCIA¹

Flávia Moreira Ferreira*

Resumo

Família, Gênero e Violência doméstica na infância são categorias que se entrelaçam durante muito tempo no contexto sócio-histórico do nosso país. Não obstante o presente trabalho pretende compreender de que forma essas três temáticas encontram-se interligadas. Partindo dessa perspectiva, o seguinte artigo procura dar ênfase à violência praticada no núcleo familiar, levando-nos a refletir sobre as diversas relações que perpassam na vida de adultos (as) e crianças. Nesse contexto, será dado destaque às relações de gênero, enfatizando como essas relações transformam os indivíduos em homens e mulheres. Realizado por meio de pesquisa documental e empírica, o trabalho tem como objetivo analisar as relações de gênero construídas desde a infância de pais, mães e filhos (as), acompanhados pelo Projeto Família Cidadã, com o intuito de perceber quais suas influências na violência doméstica contra crianças. Através de entrevistas realizadas às vítimas e agressores (as), como também, por meio de uma extensa pesquisa bibliográfica, apreendemos que a violência doméstica praticada contra crianças é perpassada por várias relações, dentre elas, o gênero aparece como um dos determinantes que favorecem para a execução desse episódio, bem como, a configuração para que este acontecimento seja recorrente, transcorrendo de geração a geração.

Palavras-chave: Família. Gênero. Violência Doméstica na Infância.

Abstract

Family, Gender and Domestic Violence in childhood are categories that intertwine long in socio-historical context of our country. Notwithstanding the present work aims to understand how these three issues are interconnected. From this perspective, the following article seeks to emphasize the violence in the family, causing us to reflect on the various relationships that permeate the lives of adults (as) and children. In this context, emphasis will be given to gender relations, emphasizing how these relations turn individuals into men and women. Accomplished through desk research and empirical work aims to analyze gender relations built from childhood of parents and children (as), accompanied by Family Project Citizen in order to understand what their influences on domestic violence against children. Through interviews with victims and perpetrators (as), as well as through an extensive literature search, we learn that domestic violence against children is pervaded by various relations among them, the genre appears as one of the determinants that favor for the execution of this episode, as well as the setting for this event is recurrent, spending from generation to generation.

Keywords: Family. Gender. Domestic Violence in Childhood.

1. INTRODUÇÃO

¹Título Original: RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Uma análise da realidade de pais e filhos atendidos pelo Projeto Família Cidadã. Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de Serviço Social do Centro de Estudos de Ciências Aplicados da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Orientadora: Vivian Matias..

* Assistente Social, Coordenadora do Programa Famílias Defensoras da Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza. Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Pós-Graduada em Gestão de Talentos Humanos por Competências pela Faculdade Cearense – FAC, flaviamoreiraferreira@hotmail.com

A violência infligida às crianças vem, há décadas, atraindo a atenção de um público amplo. No Brasil, essa atenção passou a decorrer, com maior veemência, a partir da década de 1980. Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal 8.069/90, o país foi o pioneiro na implantação de uma legislação reconhecida internacionalmente como um avanço em termos da proteção integral de crianças e adolescentes.

Entretanto, ainda em tempos atuais, a violência doméstica contra crianças é um fenômeno presente no cotidiano familiar. Segundo dados do Unicef², a cada hora morre uma criança queimada, torturada ou espancada pelos próprios pais. Para Faleiros (2006) esta violência configura-se como “(...) uma relação de poder na qual estão presentes e se confrontam atores/forças com pesos/poderes desiguais, de conhecimento, força, autoridade, experiência, maturidade, estratégias e recursos” (p. 64).

Assim, sendo essa violência, uma relação de poder, pode estar associada a vários fatores que perpassam no ambiente familiar. Afeto, ódio, gênero, dentre outras, são as relações que também permutam na vida de pais, mães e filhos (as), influenciando na formação da personalidade dos (as) indivíduos (as).

Não obstante, será destacada nesse estudo, a importância das relações de gênero que permeiam a violência doméstica contra crianças no contexto familiar. Isso porque, como será retratado mais adiante, o gênero, ao longo da história, assume papéis desiguais para homens e mulheres. Assim, diferentes atitudes e comportamentos vão sendo atribuídos para ambos através da religião, cultura, classe social, posição política, etc (OSTERNE, 2001).

Diante dessa realidade, considerando que o núcleo familiar encontra-se, em alguns casos, permeado pela violência, o fio condutor deste trabalho propõe compreender como as relações de gênero influenciam ou influenciaram na construção deste fenômeno.

A escolha do tema partiu da experiência no campo de estágio como estudante do curso de Serviço social, no Projeto Família Cidadã, da Coordenadoria da Criança e do Adolescente – FUNCI, da Secretaria de Direitos Humanos de Fortaleza, onde foi realizado um acompanhamento às famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, engajadas no referido projeto.

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar em que medida as relações de gênero, construídas desde a infância de pais/mães e filhos/filhas, estão interligadas com a violência doméstica praticada contra crianças, tomando como referência as famílias atendidas pelo

²O Unicef foi criado em 11 de dezembro de 1946, com o objetivo de fornecer assistência emergencial a milhões de crianças no período pós-guerra na Europa, no Oriente Médio e na China; atualmente, o Unicef tem como princípio básico a promoção do “bem-estar da criança e do adolescente, com base em sua necessidade, sem discriminação de raça, credo, nacionalidade, condição social ou opinião política. Para maiores informações consultar o site www.unicef.org.br.

Projeto Família Cidadã no final do ano de 2007 a 2008. Dos objetivos específicos, procede: identificar o perfil socioeconômico dos (as) agressores (as) e vítimas; interpretar as relações de gênero que perpassam na infância de vítimas e agressores (as); investigar quais motivos que levam pais e mães a praticarem atos de violência contra seus (as) filhos (as); e, por fim, verificar se existem diferenças entre a violência sofrida pelos meninos e a violência sofrida pelas meninas. Para alcançar os objetivos supracitados, foi feito uso de pesquisa documental e empírica, sobre as quais será descrito posteriormente todo o percurso e procedimentos utilizados. Concomitante a isso, serão apresentados os dados coletados na pesquisa empírica, a partir de uma relação dos mesmos com o que foi ressaltado pelos (as) autores (as) estudiosos (as) sobre a temática. Assim, Gênero, Família, Infância e Violência Doméstica contra crianças, são as categorias que norteiam o estudo em questão.

2. CONTEXTUALIZANDO FAMÍLIA, GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA INFÂNCIA

Para fazer uma análise acerca das relações familiares bem como das relações de gênero que perpassam na vida de crianças vítimas de violência doméstica, faz-se necessário conhecer o aparato sócio-histórico que transcorreu ao que concerne à história literária de Infância, Gênero, Família e Violência Doméstica contra Crianças.

Dessa forma, torna-se imprescindível compreender como essas categorias foram construídas, percebidas e analisadas, ao longo da história, pelos diversos atores (as) e autores (as) que as compõem. Nessa ocasião, este capítulo pretende realizar um discurso com os (as) autores (as) que, no decorrer do processo sócio-histórico, buscaram percepções e explicações diante dos conceitos das categorias supramencionadas.

A análise teórica, além de fundamentar a pesquisa, permitirá corroborar como as relações de gênero encontram-se permeadas na família, na infância e na violência doméstica contra crianças. Permitindo apreender se o fato de ser homem, ou mulher, interfere de alguma forma na prática da violência doméstica contra crianças.

2.1. Relações de Gênero: percursos históricos da literatura

Coisa de menino, coisa de menina, isso pode, isso não pode, vários valores, crenças, hábitos, comportamentos, papéis são impostos na construção da personalidade dos indivíduos. Cada ser, seja homem ou mulher, aprendeu como deve agir, o que deve falar, como deve andar, como deve *ser*. Destarte, as relações de gênero, assim como as demais relações, também foram socialmente

construídas, ao longo dos anos e dos séculos, segundo o modo como as relações entre o feminino e masculino foram se engendrando socialmente. Para a autora Auad (2006) essas relações correspondem ao “conjunto de representações construído em cada sociedade” que, ao longo de sua história buscam atribuir significados, símbolos e diferenças para cada um dos sexos.

Segundo Gema Esmeraldo (2005), o feminino e o masculino são representações dos sexos, ou seja, para se identificar o sexo de um indivíduo, usa-se representações associadas ao feminino ou masculino. Dessa forma, estes gêneros são construções sociais determinadas de acordo com a cultura, etnia, raça, classe, idade, religião de cada ser humano. Então, para defini-los, são utilizados símbolos introduzidos através de valores, normas, comportamentos, objetos, dentre outros, por várias instituições tais como: família, escola, igreja, etc. Para tanto, Esmeraldo (2005, p.02) coloca:

As instituições constroem uma ordem simbólica, carregada de signos, previamente determinados, definidos. Quando o sexo do feto é identificado ainda no ventre da mãe, a família vai colocando em uso essa ordem simbólica, que vai se fazer representar na cor azul para o menino; na cor rosa para a menina; na bola e no carrinho para o menino; na boneca, no laçinho de cabelo, no brinco para a menina.

Nesse sentido, alguns autores e autoras consideram o gênero como um procedimento de caráter relacional entre homens e mulheres. Para Osterne (2001), a partir desta concepção, surgem os “embates para a elaboração do conceito de relações de gênero” e por intermédio dessas relações, os indivíduos tornam-se homens ou mulheres, conforme expõe:

Embora em seu uso descritivo a categoria gênero esteja sempre relacionada ao estudo das coisas relativas às mulheres, e se reconheça que as duas questões se imbricam na busca de sentidos e explicações, gênero sublinha o aspecto relacional entre mulheres e homens, ou seja, só poderá adquirir real sentido se recuperar experiência conjunta de homens e mulheres em toda a sua complexidade. (OSTERNE, 2001, p.118)

Essas atribuições e construções acerca do masculino e feminino são enfatizadas por diversas instituições tais como a família, a Igreja, a escola, o Estado, dentre outras. A partir das funções do corpo biológico, atribuem-se funções sociais. Assim, ao corpo biológico da mulher são impostos papéis sociais referentes à reprodução da espécie, da educação dos (as) filhos (as) e do cuidado para com os membros da família, além de serem esperados comportamentos mais dóceis e delicados. Ao homem, vinculam-se funções sociais de proteção, segurança, provisão material, força, liderança, dentre outros.

Portanto é válido enfatizar que homens e mulheres aprenderam, ainda na infância, a se relacionar de forma diferente. Isto porque, ambos ocupam espaços divergentes em nossa sociedade,

assumem papéis distintos, e estes papéis são estabelecidos através dos diversos tipos de relações existentes entre os indivíduos. Para reforçar esta concepção, Osterne (2001, P.121) destaca:

O cotidiano das meninas, primeiro na família depois na escola e nas relações sociais, é permeado por ofertas de modelos de comportamentos mais dóceis, mais delicados, com caminhos pouco definidos no mundo das decisões, mas muito fortes no que se refere a papéis secundários e submissos. Já dos meninos, são esperados a iniciativa, a agressividade para enfrentar os fatos corriqueiros, o constante acerto nas investidas sexuais, a escolha de caminhos característicos de pessoas fortes e vencedoras- os provedores(...)

Por fim, como pudemos observar, meninos e meninas foram ensinados (as) de formas diferentes, sendo permeadas por diversas relações pré-estabelecidas em nossa sociedade. Dentre estas, as relações de gênero ganham destaque aqui por definir os papéis que esses meninos e meninas irão assumir no futuro. Sobretudo é válido acrescentar a alusão de Auad (2006, P.81), diante da possibilidade de mudanças nas relações estabelecidas entre os indivíduos, como prossegue:

O rosa e o azul seriam percebidos como cores de todas as pessoas. Valores como coragem, afetividade, organização, força, racionalidade e emotividade seriam igualmente pertinentes tanto às meninas e mulheres, quanto aos homens e meninos. Correr, lutar, gritar assim como se sentar calmamente para conversar ou jogar, seriam movimentos igualmente aceitos e motivados em relação aos meninos e as meninas, moças e rapazes.

2.2. Um novo olhar sobre a Família no contexto sócio-histórico

Várias instituições contribuem para a construção e formação da personalidade dos indivíduos. Dentre estas instituições, está a família que, nas últimas décadas, tem aparecido como uma das principais responsáveis pelo processo de sociabilidade e formação dos indivíduos.

Ao longo da história, a família aparece com diversas formas e diferentes funções. Na visão tradicional, a família é definida como extensa e patriarcal. Um autor clássico na descrição da família dessa época foi Gilberto Freyre que apresenta a família patriarcal brasileira como uma família chefiada por um patriarca que detém poder sobre seus filhos e esposa e também sobre parentes, agregados e escravos, constituindo uma família extensa (FREYRE, 2006).

Desde então, esta imagem passou a ser hegemônica para a maioria dos autores que deram continuidade aos estudos sobre o tema. Almeida (1987), enfatiza que a matriz da família patriarcal “com sua ética implícita e dominante, espalhou-se por todas as outras formas concretas de organização familiar”, ou seja, tanto na família de escravos quanto de homens livres do passado, e até mesmo na organização familiar conjugal mais recente, existem resquícios do patriarcado

(ALMEIDA, 1987, p. 55-56). Osterne (2004, P.41), por sua vez, caracterizava esse modelo da seguinte forma:

Contava com uma rígida e hierárquica distribuição de papéis, além de identificar-se também pelo controle da sexualidade feminina e pela regulamentação da procriação, com vistas à herança e à sucessão. Os casamentos, via de regra, realizavam-se pela conveniência da celebração de alianças entre grupos econômicos. Nesse cenário, aos homens era permitida a busca de satisfação sexual fora do casamento, fazendo aparecer a situação de bastardia.

Os autores Áries (1981) e Chauí (1980) corroboram com a proposição de que a família vai tomando novas proporções e formas, de acordo com a modernidade. Por volta do século XV, o Estado passa a interferir na vida doméstica, determinando papéis e funções para cada membro da família. Com a Proclamação da República, o fim do trabalho escravo e a urbanização, o modelo familiar toma um novo rumo. Destarte, a família patriarcal foi paulatinamente sendo substituída pela nuclear urbana (família burguesa) que, segundo Almeida (1987, p. 61):

(...) surge no marco da ascensão da burguesia industrial, em parte como desenvolvimento e aprimoramento ideológico da família protestante, em parte como reação à ‘decadência de costumes’ da aristocracia, mas perfeitamente sintonizada ao espírito burguês da revolução, à idéia básica da democracia formal. (...) a família intimista, fechada para si, reduzida ao pai, mãe e alguns filhos que vivem sós, sem criados, agregados e parentes na casa, eis o modelo de modernidade no limiar do século XIX(...)

No entanto, muitos autores questionam este **dito avanço** no modelo familiar, já que a mulher continua ocupando o espaço privado, sendo responsável pelos cuidados com os filhos e com o lar, e ao homem era destinado o trabalho externo, o espaço público.

Na década de 1970, os estudos sobre família passam a ganhar novo impulso a partir da influência do capitalismo na sobrevivência das camadas populares e na vida dos trabalhadores. Dessa forma, a família dilatou-se em vários outros formatos e arranjos. Para Osterne(2004), a família organiza-se como um espaço de produção, de rendimentos e de consumo, no entanto, encontra-se multifacetada. A autora destaca que “Na cotidianidade da vida, a família torna-se escola, agência de serviço social, igreja, posto de saúde, restaurante, espaço privado de cada um, rico em ambivalências, tragicidade, sonhos e ilusões (...) (p. 54)”.

A família é, portanto, uma construção que varia segundo o contexto sócio-histórico, econômico e cultural no qual está inserida. Na atualidade ela perpassa por vários arranjos e rearranjos. Desse modo, o conceito de família aderido neste estudo consiste na visão mais ampla sobre o tema, assim como também na definição contemplada por Osterne (1991):

(...) Algum lugar seja o lar, a casa, o domicílio, o ponto focal onde se possa desfrutar do sentido de pertencer, onde se possa experimentar a sensação de segurança efetiva e emocional, onde se possa ser alguém para o outro, apesar das condições adversas mesmo independente das relações de parentesco e consangüinidade. Algo que pode ser pensado como local de retorno, o destino mais certo (...) (OSTERNE, 1991, *apud* OSTERNE, 2004, p. 65).

2.3. História social da Infância: avanços e retrocessos

Sendo uma categoria entrelaçada a tantas outras, a infância apresenta, ao longo da história, grandes contrapontos acerca de sua definição. Ariès (1981) define o conceito de infância como algo historicamente construído, ressalta ainda que a criança, por muito tempo, não foi vista como um ser em desenvolvimento, com características e necessidades próprias, e sim como “um adulto em miniatura”, pois ela estava constantemente inserida nos mesmos ambientes freqüentados pelos (as) adultos (as), participando da vida ativa em festas, reuniões e demais atividades. Nesse contexto, o autor relata: “(...) no mundo das fórmulas românticas, e até o fim o século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido (...)” (p.51).

A partir do século XVII, a criança passa a ser uma personagem fundamental na história, passando a ser percebida como alvo de *proteção*. Essa concepção encontrava-se vinculada a posicionamentos religiosos e humanitários.

Em meados do século XIX, o Estado procura intervir no modelo familiar através da Medicina Higienista. Nesse sentido, os higienistas além de atribuírem diferentes papéis para homens e mulheres, conceberam aos mesmos, total responsabilidade para com as crianças. Em contrapartida Irene Rizzini (1997) salientava sobre a visão ambivalente em relação à criança nesse período. Ao lado da criança boa, bem educada e cuidada, estava a outra, abandonada, perigosa, marginalizada, mais conhecida como *menor*. Essa imagem negativa com relação a algumas crianças era fruto de uma ordem vigente que favorecia a um pequeno contingente de pessoas e excluía todo o restante. Nas palavras de Rizzini (1997, p.35) temos:

(...) Tal opção implicou na dicotomização da infância: de um lado, a criança mantida sob os cuidados da família, para a qual estava reservada a cidadania; e do outro, o menor, mantido sob a tutela vigilante do Estado, objeto de leis, medidas filantrópicas, educativas /repressivas e programas assistenciais (...)

Ao final do século XIX e em meados do século XX, aumentou a preocupação com a *criminalidade infantil*, sendo tomadas providências *para combater* este mal. Nas palavras de Lobo, a preocupação: “(...) Apavorados com o crescer assustador da criminalidade infantil, os países civilizados procuravam se resguardar contra o mal (...)” (LOBO *apud* RIZZINI, 1997, p. 210).

A década de 1920 foi marcada por muitas formulações e discussões acerca da problemática da infância, até que, em 1926 aprovou-se e em 1927 consolidou-se o Decreto que instituía o 1º Código de Menores, também conhecido como Código de Mello Mattos, instituído pelo Decreto 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Esse Código definia um sistema rígido de normas aos menores entre 14 e 18 anos. No século XX abre-se a discussão sobre a proteção ao menor, havendo avanços com a defesa, valorização e proteção da criança e do adolescente, fazendo valer seus direitos básicos. Em nível internacional, em 1959, a Organização das Nações Unidas – ONU promulga a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Com esta conquista a criança passa a ser considerada, pela primeira vez na história da infância, **prioridade absoluta** bem como, **sujeito de direitos**.

Um outro período foi marcado por intensa luta dos mais diversos movimentos sociais. Trata-se da década de 1980, cujas reivindicações buscavam uma Constituição mais cidadã. Dentre as exigências estava a de se incluir uma nova legislação no que concerne a crianças e adolescentes. As pressões possibilitaram a inclusão de artigos específicos na Constituição Federal de 1988 (artigos 226 a 230).

Esse processo foi significativo na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, considerado historicamente um dos maiores avanços na história das crianças brasileiras. O ECA vem à tona para regulamentar e implantar as proposições inferidas na Constituição de 1988, no que diz respeito às crianças e aos adolescentes e, mesmo de uma forma muito morosa tem promovido uma revolução nas áreas jurídica, social e política. Na perspectiva de Leal (2004, p.163), apreendemos:

Mesmo que tímidas, essas experiências revelam que antigas práticas, ou mesmo ausência de práticas, voltadas para preservação de direitos básicos de crianças e adolescentes, estão dando lugar a políticas inovadoras, certamente inspiradas na legislação internacional e nacional, que reconhece em crianças e adolescentes, pessoas em desenvolvimento e, portanto, portadoras de direitos e deveres condizentes com as fases da vida em que se encontram.

Assim, é válido observarmos o avanço proporcionado pelo ECA, no que diz respeito à substituição de práticas assistencialistas, correcionais e repressivas por uma proposta de trabalho sócio-educativa baseada na noção de cidadania. No campo jurídico, a ideologia da *situação irregular* é substituída pela de garantia de direitos, que assegura à criança e ao adolescente o respeito às suas condições de sujeitos de direitos, de pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, com prioridade absoluta. No entanto, mesmo com tantos avanços, a infância ainda permanece alvo de injustiça e desigualdade social, para a qual a garantia de direitos e políticas sociais ainda não incide de forma satisfatória.

2.4. Desvendando a Violência Doméstica contra crianças: feridas que não são esquecidas

Tornou-se comum existirem vários tipos de violência na nossa sociedade, já que essa é marcada por várias desigualdades, seja de classe, raça, de etnia, gênero, geração, etc. Dentre seus diversos tipos, as mais evidentes são: violência doméstica contra crianças e/ou adolescentes; a violência contra mulheres; tráfico de seres humanos; exploração sexual de crianças e adolescentes; infanticídio; violência urbana; homicídios; latrocínios; chacinas; seqüestros; dentre outros.

Atualmente, no Brasil, para conceituar a violência contra crianças, utiliza-se como base teórica, a teoria do poder. Marilena Chauí é uma das autoras pioneiras na discussão sobre esta teoria. Assim, nas palavras de Chauí (1985, p.37) podemos observar:

A violência deseja a sujeição consentida ou a supressão mediatizada pela vontade do outro que consente em ser suprimido na sua diferença (...) a violência perfeita é aquela que resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e a ação contrária que a domina.

No que se refere à violência praticada contra crianças, a mesma esteve presente ao longo da história da infância. Nessa perspectiva, a morte constante de crianças era algo aceito e bastante naturalizado. Ariès (1981) reforça esta concepção na seguinte passagem “(...) uma vizinha, mulher de um relator, tranquiliza assim uma mulher inquieta, mãe de cinco “pestes”, e que acabara de dar a luz: “Antes que eles te possam causar muitos problemas, tu terás perdido a metade, e quem sabe todos” (p.56).

Embora seja um fenômeno bastante antigo, a violência doméstica contra crianças só passou a ser objeto de estudo científico em 1860, na França, quando um médico (Dr. Ambroise Tardieu) publicou suas investigações acerca da temática em questão (WOLFF, 1988, *apud* GUERRA, 2001, p. 62). No que diz respeito à violência doméstica contra crianças brasileiras, é possível constatar sua presença desde o Brasil Colônia até a atualidade. O autor Gilberto Freyre (2006), menciona, em seu livro *Casa Grande e Senzala*, que o fenômeno da violência doméstica foi introduzido, na Colônia, pelos jesuítas, uma vez que os indígenas não adotavam esta prática.

Tentando definir um conceito sobre violência doméstica contra crianças, recorreremos ao que foi destacado por Guerra (2001, p.32-33):

(...) A violência doméstica contra crianças e adolescentes representa todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico, à vítima – implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condições peculiar de desenvolvimento.

Sendo assim, a violência doméstica é percebida como algo prejudicial à integridade física, psicológica e/ou sexual de crianças e adolescentes. É válido verificar também, que esta violência pode ser praticada ou sofrida por pessoas pertencentes ou não à família, mas que possuem uma relação de convivência; ou seja, esta violência não é definida, excepcionalmente, pelo espaço físico no qual ela ocorre, como também, a partir das relações construídas entre as pessoas que perpassam por este espaço. Para complementar e esclarecer, utilizamos as palavras de Faleiros (2006) quando este diz que “(...) na violência doméstica, podem viver e serem violentadas pessoas que não são da família, como empregadas domésticas e agregados.” (p. 94)

Existem quatro tipos de violência doméstica reconhecidos pelos estudiosos do assunto: a violência física⁴, a violência sexual⁵, a violência psicológica⁶ e a negligência⁷. Independente do tipo, cada uma delas deixam marcas que dificilmente são esquecidas. Por fim, é válido destacar que houveram diversos avanços na luta contra a violência doméstica sofrida por crianças. Dentre os quais, vigora com maior prestígio o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O Estatuto, como mencionado no tópico anterior, dispõe um conjunto de direitos relacionados a crianças e adolescentes. Portanto, se faz necessário destacar aqui o direito de não ser violentada, presente no art. 5º do Estatuto, como dispõe:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. (ECA, 2005, p. 13).

3. PERCURSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa em questão utilizou abordagens metodológicas de natureza qualitativa, por representar a forma que melhor se adequou a este estudo. Segundo Roesch (2007), a abordagem

⁴ Violência física é considerada como um ato executado com intenção, ou intenção percebida, de causar dano físico à outra pessoa. O dano físico pode ir desde a imposição de uma leve dor, passando por um tapa, até o assassinato. A motivação para este ato pode ir desde uma preocupação com a segurança da criança (quando ela é espancada por ter ido para a rua) até uma hostilidade tão intensa que a morte da criança é desejada. (GELLES, *apud* GUERRA, 2001, p.35).

⁵ Violência sexual consiste (...) todo ato ou jogo sexual, relação hetero ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou adolescente ou utilizá-los para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa. (AZEVEDO e GUERRA, 2000, p. 42).

⁶ Conforme Guerra (2001), a violência psicológica pode também ser designada como tortura psicológica e ocorre quando um adulto constantemente deprecia a criança, a coage, causando-lhe grande sofrimento mental. Além disso, ameaças constantes de abandono também podem tornar uma criança medrosa e ansiosa, representando formas de sofrimento psicológico. (p.33).

⁷ Conforme descreve Guerra (2001), a negligência representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais (ou responsáveis) falham em termos de

qualitativa tem o objetivo de aprofundar o nível de conhecimento de algum conceito. Assim, ao realizar as entrevistas, foi perceptível que cada caso tinha suas especificidades e cada indivíduo reagiu de forma diferente. Portanto, o uso da pesquisa qualitativa foi fundamental neste momento, visto que:

(...) Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los. Não existindo regras precisas e passos a serem seguidos, o bom resultado da pesquisa depende da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador (...) (GOLDENBERG, 2003, p.53)

Também foi realizada pesquisa bibliográfica, com base em livros e periódicos científicos. Além disso, foi utilizada a pesquisa documental, com consulta de arquivos, prontuários, relatórios e tantos outros documentos que serviriam como fonte para qualquer tipo de informação sobre as famílias analisadas, inclusive os registros referente aos grupos realizados com essas famílias (mensagens, colagens, cartazes, textos, desenhos, fotos e todos os relatórios construídos pelas facilitadoras do mesmo).

Por fim, foi desempenhada pesquisa empírica, com auxílio da observação participante, o que aconteceu desde a participação em grupos e visitas domiciliares aos sujeitos desta pesquisa. Para coletar os dados, foi usada entrevista semi-estruturada. Para eficiência na aplicação dessa técnica, foi elaborado um roteiro de perguntas com perguntas abertas e fechadas. Foram entrevistadas dezessete pessoas: seis crianças, um pai, um padrasto e seis mães. Os outros membros da família contribuíram enquanto informantes, na medida em que relatavam fatos e situações que envolviam os (as) entrevistados (as).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO: ANÁLISE DA REALIDADE DE PAIS/MÃES E FILHOS/FILHAS

De acordo com a pesquisa, foi possível traçar o perfil sócio-econômico dos (as) entrevistados (as). Dessa forma, partindo das observações referentes aos (as) agressores (as) temos que, dos (as) 08 entrevistados (as), 70% são do sexo feminino, apresentam idade entre 25 a 40 anos, consideram-se em sua maioria parda, havendo duas que se consideram negras, uma indígena e um branco. Quanto à situação econômica, 06 agressoras, em sua totalidade, trabalham com serviços domésticos, e os 02 agressores por sua vez, com construção civil. Essa informação nos dá margem para analisarmos os aspectos de gênero, nos quais a mulher, desde a infância, é ensinada a ‘cuidar

alimentar, de vestir adequadamente seus filhos etc., e quando *tal falha não é o resultado das condições de vida além do seu controle* (p.33).

da casa' enquanto que ao homem é cobrado o trabalho fora de casa. Com relação à escolaridade, temos que ainda não concluíram o Ensino Fundamental.

No que diz respeito à renda familiar, a maioria encontra-se em situação de pobreza, com renda per capita entre R\$ 100 a 300 (cem a trezentos reais). Esses dados podem ser observados nos gráficos abaixo:

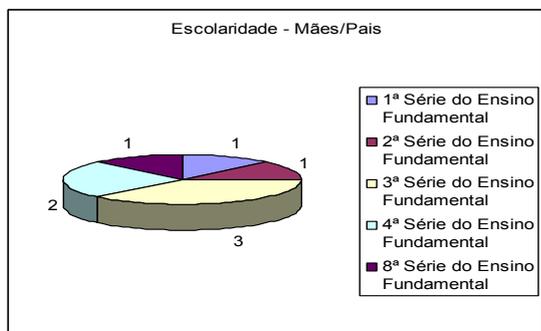


Gráfico 1: Referente à escolaridade dos (as) agressores (as)
Fonte: Pesquisa de campo, Out/2009

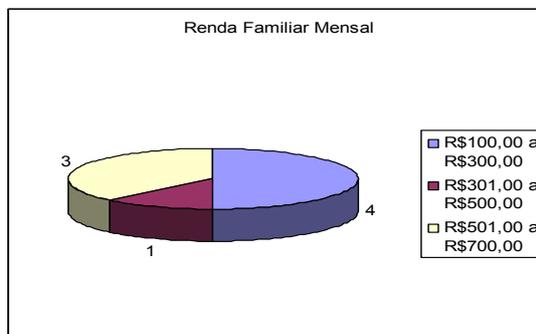


Gráfico 2: Referente à renda familiar mensal dos (as) agressores (as)
Fonte: Pesquisa de campo, Out/2009

Quanto à realidade das crianças vitimizadas identificamos que, em seu total, consistem em seis, sendo três do sexo feminino e três do masculino, com idade entre oito a dez anos. A maioria considerou-se parda, havendo duas que declararam-se brancas e apenas uma considerou-se negra. Todas encontram-se frequentando a rede pública de ensino, cursando o Ensino Fundamental, no contra-turno, participam de reforço escolar, realizam tarefas domésticas, ou mesmo dispõe de todo o "livre" para brincar. Na maior parte do tempo ficam em casa, no entanto algumas costumam frequentar a escola, ou mesmo as ruas. Conforme obtemos nos quadros:

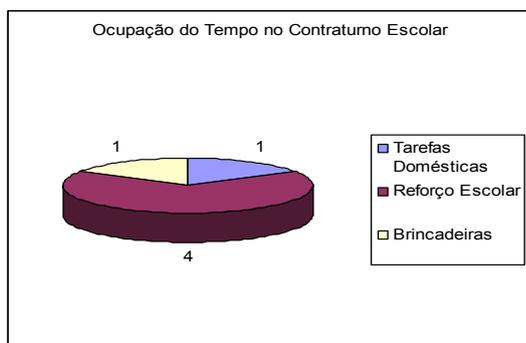


Gráfico 3: Refere-se às atividades extra-escolares realizadas pelas vítimas
Fonte: Pesquisa de campo, Out/2009

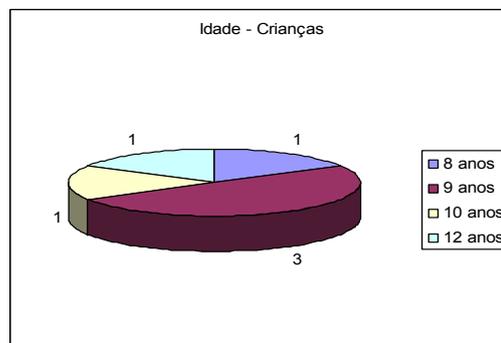


Gráfico 4: Refere-se à idade das vítimas
Fonte: Pesquisa de campo, Out/2009

Diante das colocações dos entrevistados, visualizamos que, na infância das meninas (tanto mães quanto filhas), estiveram presentes brincadeiras que limitavam a liberdade das mesmas, ocorridas, prioritariamente, no espaço privado. Sempre aos olhos dos (as) adultos (as), em casa, ou na rua, a menina era e continua sendo privada da mesma liberdade destinada aos meninos. Esses, por sua vez, desfrutam de maior privilégio. Dispõem de mais tempo para o lazer já que não são cobrados a realizarem afazeres domésticos. Podem brincar na rua com maior liberdade já que suas brincadeiras os levam ao espaço público.

Com foco nos depoimentos, percebemos que as mulheres foram criadas de forma mais rígida e privada. Em contrapartida, o homem poderia dispor de maior liberdade, embora também fosse tratado de forma rígida. Além disso, a mãe aparecia sempre como aquela que dedicava cuidados para com a casa e a família, e o pai, como aquele que provia o sustento de todos e impunha autoridade, em alguns casos era visto como ‘ausente’. Como podemos observar:

(...) quando o dia tava amanhecendo e eu me deitava na rede do meu irmão, eu me deitava na rede dele e eu via a minha mãe se levantar pra fazer o café pro meu pai ir pro trabalho
(...) o meu pai não deixava eu sair pra fora, se eu saísse eu apanhava (...).
(...) meu pai criou a gente trabalhando, então vou trabalhar.

Assim, ainda de acordo com a pesquisa, identificamos que todos os agressores foram vítimas de violência durante sua infância. Os mesmos não se percebem enquanto agressores e identificavam como violência apenas a violência física que era praticada com exageros. Percebemos diferenças entre as violências praticadas pelas mulheres, que possuíam um caráter educativo, enquanto que a praticada pelos homens tinham um caráter punitivo. Nos depoimentos dos agressores do sexo masculino foram colocados que as dificuldades em prover o sustento da família acarretam num desgaste sócio-econômico e emocional contribuindo para a prática da violência. Percebemos que, na maioria dos palavrões utilizados pelos (as) agressores (as), a mulher é sempre atingida de forma pejorativa. Seja “*filho da puta*”, “*fi de rapariga*”, “*puta que pariu*”, essa violência, mesmo quando praticada contra homens, atinge de certa forma a imagem da mulher. Percebemos também que existem diferenças com relação à violência praticada contra meninos e meninas. Essa diferenciação está relacionada aos cuidados, às cobranças e aos limites estabelecidos para o sexo feminino e masculino. As meninas geralmente eram agredidas por não poderem permanecer nas ruas e por serem privadas de sua sexualidade. No que concerne aos motivos que levam os meninos a serem vitimizados estão: frequência de rua, brigas na escola, briga entre irmãos, uso de drogas, dentre outros. De modo geral, os relatos dos (as) entrevistados (as) demonstraram que existem várias diferenças entre a forma que meninos e meninas são educados (as), assim como também é diferente a forma como são agredidos (as). Além disso, percebemos que pais e mães violentam seus filhos

por diferentes motivos. Em todos os casos, percebemos que as relações de gêneros estabelecidas desde a infância atuam como elemento fundamental na prática dessas violências.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu-nos apreender acerca das relações de gênero construídas desde a infância de pais, mães, filhos e filhas, cujos resultados, desenharam caminhos para compreendermos como essas relações decorrem na violência doméstica contra crianças.

De acordo com o que foi apresentado, podemos considerar que a violência, qualquer que seja ela, instaura-se a partir das relações que são construídas entre os sujeitos. Essa violência encontra-se presente no nosso cotidiano e principalmente, no cotidiano de famílias em situações de vulnerabilidade e/ou risco social. As vítimas são sempre aqueles que encontram-se em uma posição desfavorável tais como crianças e mulheres. Ao analisarmos a realidade dos (as) entrevistados (as), captamos que todos (as), sem exceção, foram vítimas de violência em suas infâncias.

Dentre as relações analisadas, destacamos as relações de gênero como determinantes, pois, com base nos estudos de Saffioti (1992), o gênero é estruturante da sociedade uma vez que perpassa por todas as relações (seja de classe, étnica, intergeracional, profissional, etc.) construídas entre os (as) indivíduos (as). É nesse sentido que a pesquisa em epígrafe procurou denotar que homens e mulheres tornam-se vítimas ou agressores (as) numa sociedade machista que exclui os (as) indivíduos (as) conforme o lugar, classe, etnia, idade ou sexo ao qual pertence.

Assim, acreditamos que este estudo representa uma pequena contribuição para o avanço do conhecimento acerca da violência doméstica contra crianças, ao ultrapassar a simples descrição dos fatos, procurando analisar todas as dimensões que perpassaram no decorrer da pesquisa, trazendo à luz a compreensão de que, além da relação de poder existente entre pais, mães e filhos (as), há outras relações, tais como as relações de gênero que são determinantes na formação desses (as) indivíduos (as) enquanto agressores (as) e vítimas. Sobretudo, nosso maior desafio, a partir de então, é tentar desconstruir e reconstruir conceitos, valores e regras, para traçar um redesenho de uma sociedade mais justa para meninos, meninas, homens e mulheres.

Referências

ALMEIDA, A. M. In: *Pensando a família no Brasil da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ UFRRJ, 1987.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1981.

AUAD, D. *Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola*. São Paulo: contexto, 2006.

CHAUI, M. Participando do debate sobre mulher e violência. *Revista Perspectivas Antropológicas da Mulher*. n.4. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

_____. Participando do debate sobre mulher e violência. *Revista Perspectivas Antropológicas da Mulher*, n. 4. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.

ECA. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal 8.069/ 1990.

ESMERALDO, G. *Palestra sobre Gênero, promovida pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, para os profissionais da FUNCI*. 2005.

FALEIROS, V. de P. *Formação de Educadores(as): subsídios para atuar o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes*. Brasília: MEC/SEAD; Florianópolis: UFSC/ Sead, 2006.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GUERRA, V. N. de A. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 4.ed. revista e ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 7.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LEAL, M. C. Sales, Mione A.; Matos, Maurílio C; (Org.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004.

OSTERNE, M. do S. F. *Família pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina*. Fortaleza: EDUECE, 2001.

OSTERNE, M. do S. F. e FROTA, M. H. de P. (Org.). *Família, gênero e geração: temas transversais*. EDUECE, Fortaleza, 2004.

RIZZINI, I. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Petrobrás-BR: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.

ROESCH, S. M. A. *Projetos de estágios e de pesquisa em administração: Guia para Estágios, Trabalhos de conclusão, dissertação e Estudos de caso*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A. de O. e BRUSCHINI, C. (Org.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, M. A. e GUERRA, V. N. A. (Org.). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. 2.ed. São Paulo: Iglu, 2000.

_____. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.